

## SINPRO REFORÇA LUTA EM DEFESA DA EDUCAÇÃO, DOS DIREITOS E DA DEMOCRACIA

O Sinpro-DF lançou, no dia 9 de junho, o Comitê da Frente em Defesa da Educação, dos Direitos e da Democracia, na sede do sindicato. Na sexta-feira (10), a Frente Brasil Popular (FBP) lançará a Jornada Nacional de Lutas contra o Golpe e pela Democracia. Esse movimento é para pôr em curso uma campanha nacional de combate às políticas de retrocesso adotadas pelo governo ilegítimo de Michel Temer e às ações do Congresso Nacional, cujos parlamentares atuam para eliminar conquistas da classe trabalhadora.

A Frente pretende denunciar o golpe em curso contra as conquistas trabalhistas e as consequências negativas dele para a área de Educação, bem como apontar o des-serviço que todos os projetos deste governo interino, orientado pelo programa Ponte para o Futuro, do PMDB, os quais buscam conduzir o Brasil para um fosso sem fundo, mediante um agressivo ajuste fiscal, com aprofundamento da retirada de direitos e com a total entrega das riquezas e do patrimônio nacionais e dos recursos e serviços públicos ao grande empresariado nacional e estrangeiro.

### Jornada de lutas

A Jornada Nacional de Lutas contra o Golpe e pela Democracia vai denunciar e combater projetos em curso, como o PLP 257, a reforma da Previdência, as propostas de desvinculação de receitas orçamentárias da Educação e da Saúde, aprovação de leis que retirem o piso do magistério e os planos de carreira, a militarização, a terceirização e a privatização das escolas públicas por meio de Organizações Sociais, as leis da mordaza nos estados e o programa Escola sem Partido, bem como outros projetos que acabam com o serviço público e precarizam ainda mais as relações e os direitos trabalhistas da iniciativa privada.

Com um calendário de mobilização que envolve movimentos sociais e sindicais contra o golpe, a Jornada de Lutas precisa do apoio de todos os trabalhadores do país. A Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) irá aprovar, durante reunião a ser realizada entre os dias 9 e 10 de junho, um calendário de mobilização para o setor da educação. A diretoria colegiada do Sinpro-DF entende que este é o momento de a categoria docente se unir para combater os ataques à educação pública e se unificar com a FBP para impedir que o golpe de Estado continue a se espalhar pelo

país, ressuscitando o retrocesso econômico e político como modelo de gestão pública.

Desde que os setores conservadores começaram, em 2013, essa mobilização contra o governo democrático-popular, a Central Única dos Trabalhadores (CUT), CNTE e o movimento sindical têm alertado para o fato de que o golpe não é contra a presidenta Dilma Rousseff, e sim contra as conquistas e os direitos da classe trabalhadora. Prova disso são os projetos de lei em tramitação no Congresso Nacional e Assembleias Legislativas nas três esferas do Estado para flexibilizar a legislação trabalhista. Na avaliação da diretoria colegiada do Sinpro-DF, o golpe em curso recupera momentos da história do Brasil em que as elites se uniram para derrotar os governos populares.

### Golpes de estado na história do Brasil

Em 1932, o Brasil foi vítima da chamada "Revolução Constitucionalista". Foi um golpe de Estado da aristocracia agrária para pôr em andamento uma contrarreforma, forçando o país a dar marcha à ré nas políticas públicas

lembra o momento do golpe de Estado de 1964, quando as elites empresariais se associaram aos militares para, novamente, impor políticas retrógradas de supressão de direitos. Uma postagem em rede social da União Nacional dos Estudantes (UNE), com a imagem de um panfleto da época, divulgou a semelhança da ação. Até o fato de a UNE ser investigada pelo Congresso Nacional é semelhante ao que aconteceu com a entidade no início dos anos 1960. O panfleto de 1964, no qual ela denuncia o golpe civil-militar, trazia no seu título a informação de que havia um golpe em curso e alertava para a necessidade de a classe trabalhadora se unificar para produzir um contragolpe.

No prospecto, a UNE apontava os grupos empresariais estrangeiros ligados ao setor do petróleo, à mídia, à indústria farmacêutica, ao latifúndio e a empresários dos setores imobiliário, industrial e comercial brasileiros como autores do golpe. Mostrava que o discurso do ódio às esquerdas estava sendo "vendido" pela mídia que, com matérias manipuladas e editoriais raiosos, incitava o ódio generalizado no país. O panfleto demonstrava que a mídia explorava, de forma



lhadores. Transformaram o Brasil no paraíso do sistema financeiro e o povo numa Nação amordaçada.

### Criminalização dos movimentos sociais e mordaza nas escolas

Na época, a associação do discurso fundamentalista e machista com a ação persecutória do Estado por meio das Forças Armadas, a sanção de várias leis das mordazas, como o Ato Institucional nº 5 (AI-5), entre muitas outras ações

em 1968 e realizadas no decorrer das décadas seguintes, os golpistas de 1964 tentaram sucatear e privatizar a educação e, mais do que isto, buscaram, criminosamente, mediante um currículo reduzido e orientado, produzir uma geração de brasileiros servís à custa de um fraco currículo escolar e uma alienação construída nas salas de aula.

Cinco anos após se apropriar do poder, o governo militar havia aniquilado o Brasil de todos os seus direitos políticos, promovido uma baderna na economia, aumentado consideravelmente a dívida pública e externa e preparado o terreno para transformar o país no paraíso do sistema financeiro. Hoje, assistimos a mesma elite assaltar o poder por meio de um impeachment sem justificativa para impor perdas ainda mais profundas à classe trabalhadora, como o fim da Carteira de Trabalho, das férias, do descanso semanal remunerado, da aposentadoria por tempo de serviço, o direito ao serviço público entre vários outros prejuízos.

No setor de Educação, apresentam o projeto Escola sem Partido, que institui a lei da mordaza no país e, juntamente com a repressão aos (às) professores (as) e a retirada do direito dos(as) estudantes de aprender, lançam mão do sistema público de educação para privatizá-lo, entregando-os às Organizações Sociais, como vem ocorrendo no governo do PSDB em Goiás, Paraná e São Paulo e em outros estados alinhados com essa política neoliberal, como o governo Roldemberg, no DF.

A diretoria do Sinpro-DF entende que agora é a hora de união da categoria. Somente essa unidade e participação nas atividades chamadas pelo sindicato impedirá um golpe na educação e forçará o recuo das forças conservadoras.



Durante audiência no Congresso, diretores do Sinpro protestaram contra projetos que prejudicam trabalhadores e a educação

que favoreciam toda a população. Defenderam a volta da política econômica e social que vigorou na República Velha (1889-1930). O governo ilegítimo Michel Temer se assemelha a esse período obscuro da nossa história. Ele aglutina, em seu centro, os mesmos setores e as mesmas políticas de atrasos da década de 1930, derrotadas, consecutivamente, desde 2002, nas eleições presidenciais.

O atual momento também re-

acintosa, os sentimentos religiosos. E finalizava convocando toda a classe trabalhadora a se unir na defesa das liberdades democráticas.

A reação violenta dos militares a esse enfrentamento resultou nos 21 anos de repressão política com um histórico nefasto de perseguições e assassinatos, com a imposição de um modelo econômico subserviente aos grandes empresários nacionais e estrangeiros, que suprimia direitos dos traba-

gestos de intolerância política, suprimiram as liberdades de opinião, de expressão, de associação em sindicatos. Suspenderam o direito de organização da classe trabalhadora, perseguiram qualquer tipo de pensamento crítico e criminalizaram os movimentos sociais. Por meio do terrorismo de Estado amordaçou o povo e submeteu a Nação ao silêncio.

Com várias contrarreformas privatistas na educação, iniciadas



# PENSE, O GOLPE É CONTRA VOCÊ!

# O GOLPE É CONTRA OS TRABALHADORES!



# NÃO A MILITARIZAÇÃO, PRIVATIZAÇÃO E ENTREGA DAS ESCOLAS PÚBLICAS ÀS OS

**FRENTE**  
EM DEFESA DA  
EDUCAÇÃO,  
DOS DIREITOS E DA  
DEMOCRACIA

Assim como nos tempos de exceção, a Educação pública brasileira está hoje seriamente ameaçada por setores políticos reacionários e oportunistas – aliado à falta de compreensão do que está em jogo por parte das pessoas.

Travestidas de “salvadoras”, medidas como “militarização”, entrada de Organizações Sociais (OS) na gestão escolar ou mesmo a privatização estão em alta, reafirmando a lógica empresarial em que se prioriza metas ao invés de questões pedagógicas, abre brechas para cobrança de mensalidades, precariza e desestabiliza as condições de trabalho dos professores, entre outros inúmeros problemas.

As chamadas Organizações Sociais, a princípio, foram vendidas como estruturas capazes de dar mais agilidade à gestão, escapando dos entraves criados para entidades públicas. Começaram na área da saúde e agora estão sendo “testadas” na educação.

O roteiro nós já conhecemos. O Estado irá terceirizar escolas que já têm boa infraestrutura e qualidade razoável de ensino. Algumas organizações darão um verniz nessas escolas a fim de dar a impressão, à opinião pública, de que o modelo é um sucesso.

Quando a sociedade civil se der conta, ela terá um serviço generalizado com professores precarizados, que podem ser facilmente substituídos e submetidos a planos decididos por burocratas.

O professor Wanderson Ferreira Alves – doutor em educação pela USP e coordenador do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Goiás – faz seriíssimo alerta sobre os perigos deste tipo de gestão das escolas. Em Goiás, trágicas experiências das OS e da militarização estão em estado avançado

Ele afirma que o “ano de 2016 tem um gosto amargo para a educação goiana: o governo do Estado (Marconi Perillo, PSDB) decidiu que escolas serão transferidas para Organizações Sociais (OS). Mas, atenção com o remédio: quando o diagnóstico é equivocado, as ações ao invés de ajudarem, prejudicam”.

Neste sentido, cita pesquisa do Center for Research on Education Outcomes, ligado à universidade de Stanford, nos EUA. Esse órgão publicou um estudo intitulado National Charter School Study, o qual aponta que alunos matriculados em escolas públicas com gestão privada em 26 estados daquele país, em grande escala, tinham desempenho semelhante aos das escolas públicas tradicionais e, em alguns casos, até inferior.

Mas o alerta maior do doutor Wanderson não é esse. Ele pon-



Professores e representantes de vários sindicatos do país participaram de ato contra a implantação das OS em Goiânia

dera que escolas militarizadas ou privatizadas tendem, naturalmente e com o tempo, a excluir alunos com perfil socioeconômico mais baixo, negros ou os que apresentem alguma deficiência. Por quê? Ora, para justificar a militarização ou a privatização, os governos querem mostrar à sociedade que esse modelo é eficiente e que os estudantes se destacam nos exames feitos pelo próprio poder público, como o IDEB ou ENEM, por exemplo.

Com isso, investem nos alunos mais destacados (que existem em qualquer escola), e nos de famílias mais estruturadas, porque estes, por razões óbvias, têm melhores oportunidades de acompanhamento também em casa. Os demais são deixados de lado ou até sutilmente convidados a sair.

É aí que negros ou alunos com alguma deficiência são discriminados, por conta do preconceito que sofrem ainda praticamente no mundo todo. A pesquisa do Center for Research on Education Outcomes traz dados sobre isso.

“A escola pública tradicionalmente, pondera o doutor, nasceu em oposição a tudo o que foi anteriormente descrito. O ideário da escola pública, aquele que animava Condorcet à época da Revolução Francesa, é o de uma instituição que acolhe a todos, promove a igualdade entre desiguais e serve de fundamento para a democracia. É a escola que acolhe brancos e negros, homens e mulheres, não importando credo religioso, nível cultural ou perfil socioeconômico. Essa escola é a que precisa ser fortalecida. Ela contribui na promoção da igualdade, não de

desigualdade. Ela aproxima, não afasta pessoas”.

Por fim, o educador cita o caso de empresários que passaram a gerir escolas, desviaram dinheiro público e desapareceram fechando os estabelecimentos de ensino. O jornal New York Times publicou matérias sobre isso.

## Implantação de modelo americano nas escolas públicas

No âmbito mercadológico, vários fatores colaboram para a privatização da educação pública. Com base no modelo das charter schools americanas (modelo americano que o governo de Goi-

**Organização Social é privatização da educação. É entregar a escola pública para organizações que, na verdade, foram criadas há pouco tempo e são de propriedade de donos de escola particular, portanto, são entidades interessadas no dinheiro público**

ás coloca como padrão a ser adotado no estado), Marconi Perillo tenta privatizar a educação pública de forma autoritária e unilateral sem dialogar com a categoria, com o sindicato que a representa, muito menos com a comunidade

escolar a melhor opção para a melhoria da escola pública. Algumas razões para esta mudança podem ser analisadas abaixo:

- Reduzir investimentos na área educacional, pois as charters são mais baratas;
- Controlar os professores para ensinar para o teste e melhorar médias;
- As charters não têm estabilidade e o professor que não melhora a média é demitido;
- Eliminar vários servidores públicos e reduzir os gastos com a aposentadoria;

O fato é que o magistério público do País enfrenta uma política neoliberal e de privatização de vários setores. O estado de Goiás é apenas um destes exemplos. Os professores do país e os sindicatos estão mobilizados para travar este projeto. “É uma situação que prejudica toda escola pública, especialmente os professores que perdem a carreira e a estabilidade. Ao perder a carreira e a estabilidade, a condição da qualidade da escola pública de Goiás é bastante reduzida. Não podemos aceitar que o dinheiro público seja repassado para a iniciativa privada cuidar de uma atividade que é dever do governo”, enfatiza a presidente do Sintego, Bia Lima.

Segundo o presidente da CNTE, Roberto Leão, a terceirização e a entrega das escolas para gestão de organizações sociais só pioram o quadro. “Organização Social é privatização da educação. É entregar a escola pública para organizações que, na verdade, como é o caso de Goiás, onde as OS que se candidataram a partici-

par do programa de privatização do governo de Goiás foram criadas há pouco tempo e todas são de propriedade de donos de escola particular, portanto são entidades interessadas no dinheiro público, e nós temos que combater isso. Isso é fazer com que um direito da sociedade, da população, da classe trabalhadora, principalmente, que é quem se utiliza da escola pública, sirva pra subsidiar lucro de empresário de escola, que vê a educação somente como mercadoria”, afirma Leão.

## Militarização da gestão

Outro ponto contrário ao pleno desenvolvimento do direito das crianças é o crescente número de escolas cuja gestão foi entregue para a Polícia Militar. Ao todo, mais de 50 escolas estão sendo geridas pela PM em Goiás, Minas Gerais e Bahia.

Nesse modelo, os diretores civis são substituídos por policiais armados que passam a administrar essas escolas com o objetivo de garantir a ordem e a disciplina escolar. Em Goiás, os alunos são obrigados a comprar fardas que custam entre R\$ 500 e R\$ 700, e as liberdades de professores e estudantes são restringidas.

“Sob o pretexto de pacificar a escola e melhorar os indicadores educacionais, as escolas estão sendo entregues para gestão da PM e isso é uma violação do dever de formar para a cidadania, é incompatível com a gestão democrática e, na maioria dos casos, restringe o direito de liberdade dos professores e estudantes”, adverte a diretoria colegiada do Sinpro.



## APROVAR O PL 257 É O FIM DO CONCURSO PÚBLICO.

## O GOLPE É CONTRA OS TRABALHADORES!